

Handwritten signature

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ACTA N.º 01/2013
(Mandato 2013/17)**

**DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 2013**

CONTÉM 14 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 01/2013 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2013 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 00,40 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	3
= NÃO REALIZAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO=	3
= FALTA À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA NOVA ASSEMBLEIA =	4
= ORDEM DO DIA =	5
= ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL =	5
= DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALARES, ANO DE 2013 =	5
= ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE, À FAMÍLIA E À POPULAÇÃO IDOSA =	8
= 2ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL =	8
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	8
= LANÇAMENTO DE DERRAMA =	8
= FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMI=	10
= FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO =	10
= CONSELHO CONSULTIVO DA PPCB =	11
= REPRESENTANTE DAS JUNTAS NO CONGRESSO DA ANMP =	11
= ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO MINHO =	11
= CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO =	11
= CIDADÃOS PARA INTEGRAR A CPCJ =	12
= COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS =	12
= CONSELHO CINEGÉTICO =	12
= COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL =	13
= COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA =	13
= REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM ALTO MINHO =	13
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	14
= ENCERRAMENTO =	14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature

= ABERTURA =

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia dezoito do mês de novembro do ano de dois mil e treze. -----

----- Registou-se a falta de Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) e Manuel Fernando Pereira Mendes (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada, registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Helder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David José Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD). -----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos Vereadores Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD) e Maria José Brito Lopes Moreira (PS). -----

----- Manuel Fernando Pereira Mendes, Presidente da União de Freguesias de Formiz e Ferreira foi substituído por António Soares Gonçalves Pereira. -----

----- Celso Guerreiro Barbosa, Presidente da Junta da freguesia de Infesta, não foi substituído. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

= NÃO REALIZAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO=

----- Participou o entendimento da ANMP na suspensão da sessão da Assembleia Municipal, agendada para 28 de setembro, solicitado pela Assembleia Municipal, pela proposta dada na reunião de instalação da Mesa, que a seguir se transcreve: -----

----- "Considerando o v/ ofício, sobre o assunto em epígrafe, somos a informar V. Exa. do seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----As reuniões ordinárias são reuniões que se realizam regularmente, com a mesma cadência ou frequência determinada por indicação legal elou deliberação do órgão.'-----

-----Prescrevia o Art. 490 n.º 1 da Lei nº 169/99, de 18/09, que a Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, tendo uma delas lugar no mês de Setembro.-----

-----O preceito apresenta uma natureza imperativa, logo, os órgãos deliberativos de todos os Municípios devem realizar as sessões ordinárias indicadas na lei (ou, pelo menos, devem ser expedidas as convocatórias), sob pena de violação da lei.-----

-----Assim, se as sessões se realizarem fora dos meses indicados, têm de considerar-se de natureza extraordinária e não ordinárias.-----

-----Na situação em apreço foi convocada a sessão ordinária de Setembro da Assembleia Municipal de Paredes de Coura para o passado dia 28 de Setembro, véspera do dia da realização das eleições autárquicas gerais para o mandato 2013/2017. Solicitado parecer à CNE sobre a data apontada, esta entidade desaconselhou a realização da sessão naquela data, porquanto a sua realização era susceptível de consubstanciar um acto de propaganda em dia de reflexão.-----

-----Em face do exposto, afigura-se-nos concluir que:-----

-----Se as sessões ordinárias não forem convoca das para os meses definidos na lei, incorre-se em ilegalidade; No caso concreto, a circunstância apontada de não se realizar no mandato 2009/2013 a sessão ordinária de Setembro, apesar de regularmente convocada nos termos do Art. 49º da Lei nº 169/99, terá de ser vista como uma consequência tácita da marcação da data dessa sessão para o dia anterior à data das eleições gerais autárquicas e do ulterior parecer da CNE a desaconselhar a realização da mesma naquela data.-----

-----Uma sessão realizada fora dos meses indicados na lei apresenta uma natureza extraordinária e não ordinária; Atualmente encontra-se em curso um novo mandato autárquico 2013/2017 - apresentando os órgãos autárquicos novas composições, pelo que não poderemos retroagir efeitos a Setembro de 2013."-----

= FALTA À REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA NOVA ASSEMBLEIA =

-----Participou que Amândio Libério Meireles Pinto, Presidente da União de Freguesias de Cossourado e Linhares, faltou à reunião de instalação da nova assembleia municipal de Paredes de Coura, realizada no dia 15 de outubro de 2013, não tendo procedido à justificação da falta, nos termos do nº 3, do artigo 44º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informando que este facto foi comunicado ao Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Cossourado e Linhares, nos termos e para os efeitos do art.º 8º da Lei da Tutela Administrativa.-----

-----Preveniu os membros que devem proceder à justificação, por escrito, das faltas às reuniões, nos cinco dias seguintes à realização da Assembleia Municipal.-----

-----José Augusto Viana de Sousa referiu que na cerimónia da tomada de posse foi referida a ausência do Presidente da Junta de Cossourado e Linhares, por motivos pessoais.-----

-----O Presidente disse não poder considerar tal justificação, uma vez que não lhe foi comunicada qualquer declaração escrita nesse sentido.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ORDEM DO DIA =

= ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL =

----- **Ponto n.º 1** - Apreciação discussão e votação de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, elaborado pelo grupo de trabalho, constituído por Rosalina Martins (PSD), José Augusto Sousa (PSD) e João Paulo Alves (PCP/PEV). -----

----- A discussão do Regimento da Assembleia Municipal foi adiada para a sessão seguinte. -----

= DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALARES, ANO DE 2013 =

----- **Ponto n.º 2** - Apreciação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas Intercalares da Câmara Municipal, do ano de 2013, na sequência do Processo Eleitoral, conforme n.º 2, art.º52 da Lei nº 98/97, de 26 de agosto. -----

----- O Presidente da Câmara, Vítor Paulo Pereira, cumprimentou a assembleia e apelou a todos os membros que tornassem a Assembleia Municipal num espaço de debate, de discussão de opiniões diferentes, pois a democracia faz-se, constrói-se, na base da diferença e da discussão portanto lealdade e da frontalidade. -----

----- Informou que a presente prestação é obrigatória, pela substituição de todos os membros do executivo. -----

----- Assim, relativamente às contas, informou que, como na maioria dos municípios, grande parte da receita é proveniente das transferências do estado, dos fundos comunitários, impostos, taxas e algumas rendas. -----

----- Quanto ao endividamento, considerou que é da responsabilidade de todos – instituições, juntas - embora considere que trata-se, na sua maioria, de uma "boa dívida", na medida em que é justificada pelo seu contributo social. -----

----- Informou, de forma sucinta, que os valores dos empréstimos e os encargos a médio e a longo prazo são da ordem dos € 6 653 364,00; que os encargos com fornecedores de serviços são da ordem dos € 208 838,44; os encargos relacionados com obras € 1 191 782,00, embora esta seja um valor oscilante por existirem obras pagas e outros compromissos. Informou, ainda, a existência de outros credores, designadamente, cerca de um milhão de euros à firma Carlos José Fernandes & C. Lda., resultando tudo numa dívida de aproximadamente nove milhões e meio de euros. Disse que seria seu compromisso e da vereação estruturar e diminuir a dívida, de forma sensata e prudente, procurando não pôr em causa alguma função social que a própria dívida tem. afirmou que, em condições normais, acredita ser possível, até final do mandato, reduzir a dívida em cerca de vinte e cinco por cento. -----

----- Considerando o equilíbrio necessário, disse que haverá algum investimento nas freguesias, ainda que não corresponda ao que efetivamente é desejado. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Disse que não discutiria com precisão este documento, porque viria novamente na sessão de abril para ser analisado e que, até final do ano, as taxas de execução ainda seriam alteradas. -----

----- Congratulou-se com a determinação do Presidente em não querer a dívida aumentada, fazendo referência à dívida à banca de cerca de cinco milhões, recordando que se o Município gera cerca de um milhão de receitas por ano, tem em dívida cinco vezes esse valor, o que considerou muito. -----

----- Relativamente aos documentos, elogiou o mapa dos contratos da Câmara pela forma como estavam discriminados. -----

----- **José Augusto Sousa (PPD/PSD):** Disse que na ata da Câmara de 04-11-2013 é referida a dívida à banca no valor de € 6 653 364,05; e a dívida constante do presente documento é de € 6 853 000,00, fazendo referência que a soma de € 8 804 900,56, corresponde só à soma da dívida de médio e longo prazo e não contempla a

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dívida de curto prazo e por isso dá o saldo igual. Se somar as rubricas dos médios e longos prazos é de €8 804 900,56.----

-----No ponto da informação à Câmara, as obras consignadas são de € 5 549 933,89. Faturadas: € 3 690 643,07; valor pago: € 2 997 824,33, resultando daqui que o valor em dívida seria de € 1 700 000,00.-----

-----Na informação é referido que a dívida é de € 1 191 000,00, mas a informação que consta do documento é de € 2 900 000,00. De acordo com as suas contas, a dívida vai mais longe daquilo que foi referido e são mais € 200 000,00 que não foram declarados na informação e de facto é um valor de curto prazo que, pela via legal, tem de ser liquidado no prazo de um ano. -----

-----Disse ter utilizado o prazo do PAEL para, em amortização de capital, ver quanto isto implica das necessidades de pagamento da dívida. Numa lógica de mobilidade e liquidação, vê com agrado que é vontade do Presidente reduzir a dívida em dois milhões e setecentos mil euros, ao fim de três anos. -----

Se pegarmos nos nove milhões e trezentos e sessenta mil euros, de dívida e dividimos pelos catorze anos de prazo de pagamento do PAEL, quer dizer que temos cerca de seiscentos e setenta mil euros de encargos de capital médio para assumir nos próximos 14 anos.-----

-----Disse, também, que havia sido referido, pelo anterior executivo, que havia cerca de dois milhões de euros para investir e nas reuniões com os presidentes de juntas do atual presidente foi transmitido que não há dinheiro, concluindo que se de facto existe, onde será aplicado? Pelas suas contas há somente seiscentos mil euros para gastar e para gerir, mas se há mais, seria bom conhecer as prioridades da câmara em termos de ação porque a execução de obras decorre da aprovação de fundos estruturais. Questionou, ainda, se com o rendimento do Município no valor de cinco milhões e setecentos mil euros, não pode abdicar dos cem mil euros de receita de derrama e de IRS.-----

-----**Rosalina Martins (PS):** Disse ter uma leitura política sobre as contas, não entrando, por isso, em comparação de quadros. Enalteceu a forma clara e transparente da sua apresentação pelo Presidente da Câmara, bem como a necessidade de ter estratégias de investimento, lembrando, no que toca a opções, o momento difícil do País.-----

-----Alertou para o próximo quadro comunitário, destinado, "não a caminhos e a rotundas", mas à inovação, empresas, economia, criação de emprego, recordando o programa que os courenses sufragaram nas últimas eleições corresponde à expectativa de uma mudança de paradigma e, sobretudo, uma aposta naquilo que é essencial para que no futuro se possa mudar um pouco a vida das pessoas.-----

-----**José Augusto Sousa (PSD):** Garantiu que, em nenhum momento, se referiu à falta de qualidade dos documentos e a quem os elaborou, a quem reconhece o esforço em elaborá-los com o maior rigor possível. Que se referiu às informações diferentes em duas reuniões de Câmara. Que o seu voto seria o da abstenção por ter participado como vereador na votação dos respetivos documentos.-----

-----**João Paulo Alves (PCP):** Disse que José Augusto Sousa tinha feito uma abordagem técnica dos documentos e o que disse, em grande parte, era verdadeiro e construtivo. Fez menção aos muitos compromissos assumidos e que a nova equipa a gerir a autarquia tem de estar atenta a essa situação e pensar que no futuro só as autarquias com capacidade financeira poderão sobreviver. Assim, reforçou, que o que ele disse não deve ser entendido como um aspeto negativo, mas sim como aspeto positivo, lembrando o que disse o Presidente, com lealdade pode dizer-se muita coisa. -----

-----**Presidente da Câmara:** Louvou o tipo de oposição, dizendo o que está a fazer é construtivo. Quanto às diferenças encontradas que não são de má-fé. E os números dados aos Vereadores da Câmara são os mesmos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

----- **José Augusto Sousa (PSD):** Recordou que o Presidente não tinha respondido à sua questão. Quais são as opções? Se há só este dinheiro o que vai fazer? Que o que lhes foi transmitido em reunião da Câmara é que havia muito dinheiro para o próximo mandato. Perguntou: confirma se há este valor ou há mais e se há mais porque diz aos presidentes de junta que não há dinheiro? Disse, por fim, que nas contas, e na parte em que votou favoravelmente, está tão responsável como todos os que votaram favoravelmente. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que as respostas às questões que José Augusto Sousa coloca estão nas opções do plano de atividades a apresentar na próxima reunião e por isso, deveria aguardar por elas. A prestação de contas é relativa ao passado. -----

----- **Rosalina Martins (PS):** Contextualizou a dívida no passado e considerou que é também, da responsabilidade de todos os que votaram favoravelmente os empréstimos necessários ao projeto do Partido Socialista, apresentado e sufragado consecutivamente pelos courenses. Sublinhou que esta dívida está ao serviço de um projeto que tem o concelho de Paredes de Coura à frente em alguns dos fatores de qualidade de vida, nomeadamente, rede de saneamento, abastecimento de água, caminho rurais, etc. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Sabendo o valor da receita municipal, questionou onde poderia ser aumentada, já que o Presidente não se propõe fazer 'cortes cegos'. Quanto à afirmação de José Augusto Sousa de "haver muito dinheiro", disse ser um assunto do passado e que não devia falar-se mais disso. -----

----- Corroborou as palavras de Rosalina Martins na responsabilidade da assunção de alguns empréstimos no passado, utilizado em algumas estruturas consideradas um erro. Disse não lamentar o passado, mas que a dívida tem de ser assumida e paga. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que as receitas iriam constar das opções do plano de atividades a apresentar à próxima reunião da Assembleia. A prestação de contas é relativa ao passado e a missão que assumiu é de futuro, ou seja, governar a Câmara com sensatez. Em relação à dívida considera que parece ser o único problema do país pois atualmente só se fala nela. Acha que não existem apenas seiscentos mil euros para governar, valor que lhe parece muito pouco. No entanto, admitindo que fosse essa ou outra a verba disponível, agora tem de governar com aquilo que tem. -----

----- Disse não encarar a dívida como um constrangimento mas como um desafio à administração. É evidente que não vai permitir fazer tudo o que quer, mas tem de distinguir o que é verdadeiramente essencial daquilo que é menos essencial. Reconheceu a sensatez dos presidentes de junta e disse conhecer bem as suas dificuldades e as obras de que as freguesias precisam. -----

----- Concluiu que não basta estarem sempre a olhar para a dívida e lamuriá-la. Têm de pensar no futuro, não existe alternativa. -----

----- **Os Documentos de Prestação de Contas Intercalares da Câmara Municipal, do ano de 2013, submetidos à votação, foram aprovados, por maioria, com 29 votos a favor, sendo 18 do PS e 11 do PSD e 03 abstenções (01 do PSD, com declaração de voto, e 2 do PCP).** -----

----- José Augusto Sousa fez a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me pelo facto de os documentos se referirem a um período e a uma ação da Câmara enquanto eu desempenhei as funções de vereador". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE, À FAMÍLIA E À POPULAÇÃO IDOSA =

Ponto n.º 3 – Apreciação, discussão e votação da alteração ao Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa.-----

-----Presidente da Câmara: Disse tratar-se de uma omissão no Regulamento, já deliberada pelo Executivo anterior, para prevenir o período de tempo em que os pais podem reclamar do subsídio de natalidade.-----

-----José Augusto Sousa (PSD): Disse que votou o regulamento enquanto Vereador e que foi alargada a possibilidade de receber subsídio de natalidade a crianças adoladas. Informou, ainda, que até à data de 15 de outubro quinze crianças tinham recebido o subsídio, justificando a sua abstenção com os motivos apresentados anteriormente.

-----A alteração ao Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa foi aprovado, por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD e 2 do PCP e 1 abstenção do PSD, com declaração de voto.-----

= 2ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL =

Ponto n.º 4 – Apreciação, discussão e votação da 2ª revisão ao Plano de Atividades Municipal, para 2013.

-----Presidente da Câmara: Informou que a primeira revisão foi feita para integrar o saldo do ano anterior e a presente por ter sido necessária para dotar rubricas com compromissos plurianuais, designadamente, transportes escolares, refeições das cantinas; o atraso na aprovação da candidatura à requalificação da Escola Básica; os subsídios a instituições que são plurianuais e ainda integrar o novo protocolo da Ademinho.-----

-----Informou que esta revisão foi aprovada pelo Executivo anterior.-----

-----A segunda revisão ao Plano de Atividades Municipal, para 2013, submetida à votação foi aprovada, por maioria, com 30 votos a favor, sendo 18 do PS, 10 do PSD e 2 do PCP. Houve 2 abstenções do PSD, que apresentou declaração de voto, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto n.º 5 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31/10/2013, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 26/06/2012, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----São os compromissos plurianuais que foram assumidos pelo anterior Executivo e autorizados pela Assembleia anterior que agora se dá conhecimento. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= LANÇAMENTO DE DERRAMA =

Ponto n.º 6 - Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2014, nos termos do art.º 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.-----

----- José Augusto Sousa (PSD): Lembrou que Rosalina Martins falou do próximo Quadro Comunitário e das suas prioridades, tomando-se necessário apostar na economia em detrimento de outras estruturas cuja análise custo/benefício é criticável. Conhecendo as características físicas do concelho, em termos de acessibilidades, estranha que não sejam utilizadas todas as medidas disponíveis à Câmara Municipal para atenuar os efeitos negativos da localização e acessibilidades. Lembrou que João Paulo Alves se mostrou preocupado com a receita,

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Det. 13/2013

mas que, por seu turno, não estava preocupado com a receitas mas sim com as condições de competitividade a oferecer a quem queira investir. Mostrou-se preocupado com uma quantidade de pessoas que se levantam todos os dias, às vezes para tumos em outros concelhos com outro nível de competitividade.-----

----- Sobre a questão do IMI disse que sempre têm lutado pelas taxas mínimas, já está na taxa mínima. Quanto ao IRS, está reduzido de cinco para três por cento e o objetivo é a redução para zero. Relativamente à derrama, que incide exclusivamente sobre os lucros das empresas, é uma taxa injusta, aplicando-se apenas a alguns, criando discriminações.-----

----- **Rosalina Martins (PS)**: Disse que o IMI já estava nas taxas mínimas, mas em sequência da avaliação, a receita aumenta. Quanto ao IRS, é uma opção, na medida em é necessário haver alguma receita e relativamente à derrama estão isentas as empresas cujo volume não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, tributando-se as outras empresas. Se as empresas têm lucros superiores a cento e cinquenta mil euros e estão sedeadas no concelho de Paredes de Coura, ocupando espaços onde houve investimento, é justo que deem um pequeno contributo para o concelho.-----

----- **Presidente da Câmara**: Disse entender das palavras de José Augusto Sousa que reclama da política fiscal como a salvação do concelho e considera os montantes dessa receita insignificantes para o erário municipal.

----- De seguida considerou que essa atitude, ao querer aliviar a receita e aumentar a despesa continuamente, é populista. Lembrou ser da sua responsabilidade olhar para os impostos com uma função social, desde que não façam perigar a captação de investimento.-----

----- Apontou que se a captação de investimento estivesse apenas dependente dos impostos estava descoberta a solução do país e de todos os concelhos, pois bastava não cobrar impostos e, naturalmente, as empresas fixavam-se nesses territórios. Que José Augusto Sousa está enganado quando procura fazer crer às pessoas que as vias de comunicação e os impostos são as únicas formas capazes de atrair indústria. Disse, ainda, que José Augusto Sousa quando se refere a Coura pensa sempre como a província, o interior, mas que, tal como quem governa, deve ter uma visão mais aberta. Se assim não fosse, não tinham tido a possibilidade de atrair ao concelho um grupo internacional que investirá trinta milhões de euros em Paredes de Coura e que escolheu Castanheira, em detrimento de Formariz. Considerou mais importante para os empresários a resposta rápida da Câmara em termos de legislação laboral, de custos de contexto, situação fiscal do país, e lembrou que uma reforma fiscal é um assunto sério e não pode ser feita por alguém que chegou há um mês ao poder. Recordou que a redução das taxas não foi feita por pressão da oposição, como seria sua função, mas por planeamento e estabilidade, para que as empresas e as famílias possam programar os investimentos.-----

----- **José Augusto Sousa (PSD)**: Questionou se o plenário teria de facto a mesma interpretação do Presidente acerca da sua intervenção. Disse haver alguma confusão ideológica e conceptual. Não é a esquerda que quer delapidar a receita. Todos os modelos de teoria económica dizem que é a direita que quer reduzir despesa, que quer cobrar menos impostos e a esquerda é quem quer mais imposto para redistribuir. O conceito ideológico que defende é um conceito de direita e não de esquerda. Em relação aos montantes é evidente que eles para a câmara representam 1,4 % de receitas corrente mas esse dinheiro distribuído pela população e por um conceito que aceita não seja do conhecimento de toda a gente que é o efeito multiplicador, o impacto que isto tem na economia é diferente. Oitenta mil euros distribuídos e aplicados em Paredes de Coura têm um impacto do ponto de vista da produtividade e do aumento da economia superior dependendo do nível em que são aplicados efetivamente em Paredes de Coura e não noutros locais e que são gastos e não poupados e esses é que são os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efeitos multiplicadores e impacto na população e economia é completamente diferente. Concordou que é fundamental a capacidade de resposta, não deixando de ser verdade que a questão fiscal que recorda com o projeto de melhoria da competitividade fiscal de Portugal a longo prazo, a descida de IRC para que possa compelir não só Paredes de Coura, mas também a nível nacional relativamente às taxas de tribulação, o que não concorda que seja uma questão de provincianismo, roçando o insultuoso, tendo em conta o historial que tem de defesa de Coura e defesa das possibilidades e de capacidade de Coura. Que tem dado imensas provas disso, não sendo aceitável que existindo a possibilidade de se mexer numa das condicionantes da decisão que não se faça, e tendo em conta que esse nível de receita é menor, seguido os valores da derrama cobrada até 15 de outubro, ou seja, de 26 mil euros e em 2013 não foi muito diferente, também não o sendo, decerto, em 2014. Ressaltou que falava de duas questões: uma, no âmbito do apoio à economia e das condicionantes de investimento; outra, no âmbito de melhoria das condições de vida e de fixação de população no concelho, evitando o que está acontecer há muito tempo a perda de população. É neste caso que está em cima da mesa, a questão do IRS e o Presidente da Câmara apenas aflorou em algum momento erradamente a captação de investimento. -----

----- **João Paulo Alves (PCP):** Insistiu na sua questão de querer saber a motivação que levou à redução dos impostos. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse ter baixado a derrama de 1,20% para 1,00%, após discussão com o diretor financeiro da MGI, já depois do investimento assegurado, que solicitou uma redução ligeira da derrama, prevendo volumes de faturação muito elevados. Não existe, por agora, pressão de eliminá-la nem baixá-la mais. Quantos aos outros impostos, os índices mantiveram-se. -----

----- **O lançamento de derrama, para o ano de 2014, nos termos do Art. 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, submetido à votação foi aprovado, por maioria, com 19 votos a favor, sendo 18 do PS e 1 do PSD; 13 votos contra, sendo 11 do PSD e 2 do PCP.** -----

----- O PSD apresentou declaração de voto, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.

=FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMI=

Ponto n.º 7 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2014, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, e para 0,7 % para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). -----

----- **Este ponto foi aprovado por unanimidade.** -----

= FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO =

Ponto n.º 8 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2014, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

----- **A proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2014, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, submetida à votação foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor do PS e 14 votos contra, sendo 12 do PSD e 2 do PCP.** -----

----- O PSD apresentou declaração de voto, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= CONSELHO CONSULTIVO DA PPCB =

Ponto n.º 9 - Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, nos termos da alínea b) do art. 9º do Decreto-Regulamentar n.º 21/99, de 20 de setembro. -----

----- Foram apresentadas as listas 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetida a votação, por escrutínio secreto, foi designado Carlos Manuel Gomes Pereira, do PS, da lista 'A', representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, com 18 votos.-----

----- António José Pinto Fernandes, da lista 'B', obteve 12 votos. Houve 2 votos em branco. -----

= REPRESENTANTE DAS JUNTAS NO CONGRESSO DA ANMP =

Ponto n.º 10 - Designação de presidentes das Juntas de Freguesia e o seu substituto, também presidente de junta, que em representação de todas as juntas do Município, participa no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos do art.º 6º dos respectivos Estatutos.-----

----- Foram apresentadas as listas 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetida a votação, por escrutínio secreto, foram designados António Alberto Lebrão Martins Esteves e Manuel Fernando Vaz Barbosa, do PS, representantes, efetivo e suplente, respetivamente, no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da lista, com 18 votos. -----

----- Amândio Libério Meireles Pinto e Fernando Inácio Pereira Fernandes, da lista 'B', obtiveram 12 votos. -----

----- Registaram-se 2 votos em branco.-----

= ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO MINHO =

Ponto n.º 11 - Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho, nos termos do n.º 2, do art. 14, dos respectivos Estatutos.-----

----- Foram apresentadas as listas: 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetida a votação, por escrutínio secreto, foram designadas Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Rosalina Maria Barbosa Martins, propostas pela lista 'A', representantes, efetiva e suplente, respetivamente, na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho, com 18 votos. -----

----- José Augusto Viana de Sousa e Hélder António de Barros Moreira Pedreira, da lista 'B', obtiveram 12 votos. -----

----- Registaram-se 2 votos em branco.-----

= CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO =

Ponto n.º 12 - Designação de representante dos presidentes de junta, eleito pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com a alteração pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foram apresentadas as listas: 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetida a votação, por escrutínio secreto, foi designado Manuel Fernando Vaz Barbosa, do PS, proposto pela lista 'A', representante dos presidentes de junta, eleito pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação, com 18 votos.-----

----- David Jorge Pires Saraiva, da lista 'B', obteve 12 votos.-----

----- Houve 2 votos em branco.-----

= CIDADÃOS PARA INTEGRAR A CPCJ =

Ponto n.º 13 - Designação de quatro cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, nos termos da alínea l), art. 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, conjugada com a alínea l) do art. 2º, da Portaria n.º 1226-El/2000, de 30 de dezembro.-----

----- Foram apresentadas as listas 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetidas à votação, por escrutínio secreto, foram designadas, Perfelta Barreiro de Araújo Esteves, Palmira Ribeiro da Costa; Iolanda Maria Cerqueira Pereira e Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima, propostas na lista 'A', cidadãs eleitoras para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco com 18 votos.-----

----- Cátia Marina Sousa Ferreira, Maria Rosa Araújo Ribas; Elisabete Bernardina Barbosa Gama e Ermlinda Daniela Caldas Brandão, da lista 'B', obtiveram 12 votos-----

----- Houve 2 votos em branco.-----

----- José Augusto Sousa referiu que atendendo à especificidade da Comissão, à sua votação deveria ser aplicado o método de Hondt e que, após proposta de entendimento apresentada ao Grupo Municipal do Partido Socialista, este declinou.-----

----- A porta-voz do Partido Socialista disse entender que as cidadãs foram propostas para a CPCJ, por consenso, e que todas têm perfil para representar a comissão.-----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS =

Ponto n.º 14 - Designação de um presidente de junta para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da alínea b), do art. 5º da Lei n.º 14/2004, de 8 de maio.-----

----- Foram apresentadas as listas: 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

----- Submetidas à votação, por escrutínio secreto, foi designado Manuel Lopes Fernandes, do PS, proposto na lista 'A', representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, com 18 votos.-----

----- Amândio Libério Meireles Pinto, da lista 'B', obteve 11 votos.-----

----- Houve 3 votos em branco.-----

= CONSELHO CINEGÉTICO =

----- **Ponto n.º 15** - Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), do n.º 2º, art.º 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto.-----

----- Foram apresentadas as listas: 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

----- Submetidas à votação, por escrutínio secreto, foi designado Celestino Rodrigues, do PS, proposto na lista 'A', representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, com 18 votos; Alfredo Pereira Fernandes, da lista 'B', obteve 12 votos. -----
----- Houve 2 votos em branco. -----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL =

----- Ponto n.º 16 - Designação de um representante das Juntas de Freguesia do concelho e outro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil.-----
----- Foram apresentadas as listas: 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e 'B' pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata. O Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentou lista.-----
----- Submetidas à votação, por escrutínio secreto, foram designados António Alberto Lebrão Martins Esteves e José Augusto Amorim Oliveira, propostos pela lista 'A', representantes das Juntas de Freguesia do concelho e da Assembleia Municipal, respetivamente, para integrarem a Comissão Municipal de Protecção Civil, da lista 'A', com 18 votos.-----
----- Amândio Libério Meireles Pinto e Hélder António Barros Moreira Pedreira, da lista 'B', obtiveram 11 votos. Houve 3 votos em branco. -----

= COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA =

----- Ponto n.º 17 - Designação de um membro da Assembleia Municipal e de um cidadão para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia. -----
----- Foi apresentada a lista 'A', pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. O Grupo Municipal do Partido Social Democrata e o Grupo Municipal do Partido Comunista Português não apresentaram lista. -----
----- José Augusto Sousa, porta-voz do Grupo Social Democrata, disse ter retirado a lista a pedido do próprio em face do resultado das votações meramente políticas, embora entendesse que o cidadão proposto acrescentaria valor à comissão em face do currículo e do trabalho que tem desempenhado em Paredes de Coura.
----- Lamentou que não se aproveitem estes momentos para obter o contributo da população. Deu liberdade de voto.-- -----

----- João Paulo Alves, porta-voz do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, lamentou que esta situação voltasse a acontecer, que não apresentou nenhuma lista porque sabia que o resultado seria este mesmo. Não há consensos políticos, o sistema continua hermético e exatamente na mesma. Deplorou que nenhum membro do PSD ou do PCP pudesse integrar as listas apresentadas. Disse ser o seu momento mais triste desde que está nesta Assembleia. -----

----- Submetida à votação, por escrutínio secreto, foram designados Eduardo Cerqueira e Ivan Mata de Moraes, propostos pela lista 'A', para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia, com 19 votos a favor, 11 votos em branco e 2 nulos. -----

= REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM ALTO MINHO =

----- Ponto n.º 18 - Designação dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. -----
----- Foram designados, através de eleição pelo método de Hondt, para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, José Augusto de Brito Pacheco (PS) e José Augusto Viana de Sousa (PSD), como representantes efetivos.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Como suplentes foram designados Rosalina Maria Barbosa Martins (PS) e André Manuel da Silva Rodrigues (PSD).-----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

----- Ponto n.º 19 - Intervenção do público.-----

----- Não houve intervenções -----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de ludo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária.-----

14/11/13
[Signature]
[Signature]



GRUPO PSD

Coura

Exmº Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de

Declaração de Voto

Ponto 4

Ordem Trabalhos da AM Extraordinária de 29/11/13

O Grupo do PSD vai votar favoravelmente a proposta em apreciação, discussão e votação por concordar com as alterações decorrentes dos Transportes Escolares e da Escola Básica Concentrada. Votaríamos desfavoravelmente se estivesse apenas em causa as alterações decorrentes do Ensino profissional.

Refira-se que as obras na Escola Básica Concentrada vão permitir corrigir parcialmente problemas que o PSD oportunamente tem referido desde a inauguração daquela unidade.

Em relação ao Ensino Profissional vemos o investimento que a CM têm de realizar de forma apreensiva, atendendo ao número de alunos abrangidos pela "residencial". Este investimento vai custar à CM e aos Courenses cerca de 150/euros por mês e por aluno. Este valor coloca injustiça relativa em todos os outros alunos da escola que não beneficiam desta oportunidade. Além de nunca ter sido pedida o parecer da AM, e de não se concordar com o local, trata-se a nosso ver de um custo demasiado elevado que em face da necessidade do protocolo pela Ademinho, a Escola não têm rentabilidade suficiente para a sustentabilidade do projeto.

Assim o nosso voto é favorável pelos motivos expressos, ressalvando a nossa oposição à forma e conteúdo como o projeto da Ademinho foi promovido.

P'lo Grupo do PSD

Paredes de Coura, 29 de Novembro 2013



GRUPO PSD

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de Coura

Ponto 6 - Declaração Voto

O grupo do PSD apresenta-se na votação com o voto contra a introdução de Demanuc, por se considerar ser uma taxa injusta e por diminuir a competitividade da nossa economia na promoção de investimentos internos e externos.

Paredes de Coura, 29/11/2013
João Augusto Viana Sousa



GRUPO PSD

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de Coura

Ponto 8 - Declaração voto

O grupo do PSD vota contra a redução da taxa IAS de 5 para 3%. Por entendermos que a redução deve ser de 5% de forma a disponibilizar aos Concelhos a possibilidade de aumentarem os seus rendimentos por redução de tributação.

Esta redução permitiria aumentar a competitividade do Concelho e criar melhores condições de fixação da população, que muitos Concelhos vizinhos assim fomentam.

Paredes de Coura, 29/11/2013

João Augusto Vieira Sousa

